



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
01 de março
de 2021

MPMA, DPE e Famem discutem vacinação contra a Covid-19 no Maranhão

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu, na manhã da última sexta-feira, 26, o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos, e o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Xavier, para discutir a demora da vacinação no estado do Maranhão.

Também participaram do encontro o prefeito de Presidente Dutra, Raimundo Alves Carvalho, o presidente da Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspa/MA), Marcello Freitas, e o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do **MPMA**, José Márcio Maia Alves.

Durante o encontro, Eduardo Nicolau demonstrou a sua preocupação com os baixos índices de vacinação, em especial no interior do estado, bem como com a elevação nos índices de ocupação de leitos hospitalares em vários municípios. "Precisamos ter foco na garantia da vida e da saúde do nosso povo. Por isso estamos reunindo diversas instituições para discutir a realidade que estamos enfrentando e apontar caminhos para vencer esse momento difícil", afirmou.

O presidente da Famem observou que alguns municípios, embora estejam vacinando os grupos prioritários, não estão alimentando os sistemas, o que tem sido tema de orientações por parte da Federação. No entanto, Erlânio Xavier também destacou a importância de maior agilidade no processo de vacinação, em especial devido ao agravamento da pandemia.

"Nós estamos chegando ao limite de ocupação de leitos, então a Famem está em diálogo com o **Ministério Público** e o Estado e vamos tomar atitudes mais severas para reduzir o avanço do vírus que está avançando rapidamente", alertou o prefeito de Igarapé Grande. No município, um novo decreto suspendeu **aulas** particulares por 15 dias e reduziu a quantidade de pessoas permitidas em restaurantes e bares, entre outras medidas.

Marcello Freitas afirmou que o avanço do novo **coronavírus** tem atingido mais crianças, estando dez delas internadas em UTIs em todo o estado. Para o presidente da Aspa/MA, medidas mais rígidas podem levar à suspensão de **aulas**. "Entendemos que muitos

pais precisam que seus filhos estejam nas escolas enquanto trabalham, mas precisamos contar com a sensibilidade de todos", ressaltou.

Da Assessoria

Site: <http://www.amarcosnoticias.com.br/mpma-dpe-e-famem-discutem-vacinacao-contr-a-covid-19-no-maranhao/>

Acordo corrige número de vagas para negros no concurso da Câmara Municipal de São Luís

Eduardo Ericeira

Em audiência de conciliação, realizada em 23 de fevereiro, o **Ministério Público** do Maranhão, a Fundação Sousândrade e a Câmara de Vereadores de São Luís firmaram acordo judicial para corrigir o quadro de vagas reservadas a negros e pardos no concurso público, regido pelo Edital nº 001/2018, da casa do Legislativo Municipal.

A correção foi pleiteada em **Ação Civil Pública** proposta, no dia 2 de fevereiro, pela titular da 11ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais, Márcia Lima Buhatem.

Pelo acordo, a Câmara efetuará o preenchimento de 10 vagas diretas para completar o percentual de 20% do total exigido em lei destinado a negros e pardos. Também destinará mais 15 vagas em cadastro de reserva.

A Câmara Municipal de São Luís e a Fundação Sousândrade também se comprometem a realizar, no próximo dia 10 de março, a convocação dos candidatos não eliminados para a heteroidentificação racial.

Devem, ainda, proceder, de 9 a 11 de abril, à identificação racial dos convocados, conforme edital lançado na página do concurso.

Além disso, devem divulgar até o dia 27 de abril o resultado final da heteroidentificação, após o julgamento de eventuais recursos. Os aprovados entram de acordo com sua pontuação na classificação.

O acordo foi homologado pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Direitos Difusos de São Luís.

Na ACP, o **MPMA** requereu medidas para constar, no edital, a reserva de 23 vagas diretas aos candidatos negros e pardos, alcançando o percentual de 20% estabelecido pela Lei Estadual nº 10.404/2015. O cálculo considera a totalidade de 114 vagas diretas ofertadas no certame. Deve observar, ainda, a reserva automática para as funções dos níveis superior e médio.

No edital original, foram reservadas apenas 13 vagas diretas e 31 em cadastro de reserva.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/03/acordo-corrige-numero-de-vagas-para.html>

MPMA, DPE e Famem discutem vacinação contra a Covid-19 no Maranhão

Eduardo Ericeira

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, recebeu, na manhã desta sexta-feira, 26, o defensor-geral do Estado, Alberto Bastos, e o presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Erlânio Xavier, para discutir a demora da vacinação no estado do Maranhão.

Também participaram do encontro o prefeito de Presidente Dutra, Raimundo Alves Carvalho, o presidente da Associação de Pais e Alunos de Instituições de Ensino do Estado do Maranhão (Aspa/MA), Marcello Freitas, e o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do **MPMA**, José Márcio Maia Alves.

Durante o encontro, Eduardo Nicolau demonstrou a sua preocupação com os baixos índices de vacinação, em especial no interior do estado, bem como com a elevação nos índices de ocupação de leitos hospitalares em vários municípios. "Precisamos ter foco na garantia da vida e da saúde do nosso povo. Por isso estamos reunindo diversas instituições para discutir a realidade que estamos enfrentando e apontar caminhos para vencer esse momento difícil", afirmou.

O presidente da Famem observou que alguns municípios, embora estejam vacinando os grupos prioritários, não estão alimentando os sistemas, o que tem sido tema de orientações por parte da Federação. No entanto, Erlânio Xavier também destacou a importância de maior agilidade no processo de vacinação, em especial devido ao agravamento da pandemia.

"Nós estamos chegando ao limite de ocupação de leitos, então a Famem está em diálogo com o **Ministério Público** e o Estado e vamos tomar atitudes mais severas para reduzir o avanço do vírus que está avançando rapidamente", alertou o prefeito de Igarapé Grande. No município, um novo decreto suspendeu **aulas** particulares por 15 dias e reduziu a quantidade de pessoas permitidas em restaurantes e bares, entre outras medidas.

Marcello Freitas afirmou que o avanço do novo **coronavírus** tem atingido mais crianças, estando dez delas internadas em UTIs em todo o estado. Para o

presidente da Aspa/MA, medidas mais rígidas podem levar à suspensão de **aulas**. "Entendemos que muitos pais precisam que seus filhos estejam nas escolas enquanto trabalham, mas precisamos contar com a sensibilidade de todos", ressaltou.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2021/03/mpma-dpe-e-famem-discutem-vacinacao.html>

OPINIÃO: DECRETOS DE ARMAS DE BOLSONARO AMEAÇAM MULHERES BRASILEIRAS

O último Anuário do Fórum Brasileiro de **Segurança Pública** indica que 35% das mulheres assassinadas no Brasil em 2019 foram vítimas de feminicídio. Destas, nove em cada dez foram mortas pelo companheiro ou ex-companheiro, na maioria das vezes em casa, um ambiente que deveria ser seguro, mas nestes casos extremamente perigoso para as mulheres.

Desde 2015, quando a lei que tipifica o feminicídio foi aprovada, o número de mulheres assassinadas cresce e, pior que isso, os casos se agravaram durante a pandemia de covid-19, quando muitas destas mulheres perderam seus empregos e passaram a estar cada vez mais tempo com seus companheiros em casa. Dados coletados pelo Fórum Brasileiro de **Segurança Pública** indicam que houve um crescimento de 2% no número de feminicídios no primeiro semestre do ano passado, quando ao menos 649 mulheres foram mortas. O risco para as mulheres que vivem em situação de violência doméstica tende a se agravar com os mais de 30 decretos presidenciais dos últimos dois anos, que flexibilizam o controle de armas no país.

Isso porque a política de controle de armas não se resume ao problema da violência urbana e das armas ilegais, como muitos analistas mas, principalmente, os defensores de revólveres e pistolas sustentam. Quando pensamos na situação da mulher brasileira precisamos levar em consideração a prevenção e mitigação de fatores de risco como esse.

Os decretos mais recentes foram publicados no dia 12, e entre as novidades apresentadas pelo presidente da República na véspera de nossa maior celebração cultural, chamou muita atenção a permissão para que atiradores e caçadores registrados possuam, respectivamente, até 60 e 30 armas sem autorização do Exército - um verdadeiro arsenal de guerra, diga-se, que pode ficar totalmente sem controle se o decreto presidencial for mantido.

Mais do que nunca, a medida deve impulsionar um mercado já crescente dos CAC (Caçadores, Atiradores e Colecionadores), que entre 2019 e 2020 registrou um aumento de 120% no número de armas de fogo

cadastradas. Mas Bolsonaro não parou aí. Outro presente presidencial destinado sobretudo ao eleitorado armamentista foi o aumento do limite de armas permitido, que agora pode ser de 6 armas para cidadãos comuns e 8 para algumas categorias profissionais, como membros do **Ministério Público**, da Magistratura e policiais. Não há dúvida que a sanha presidencial impulsionará ainda mais os registros de posse de armas de fogo, muitas vezes obtidos pelos autointitulados cidadãos de bem que compõem os grupos armamentistas. A justificativa dos apoiadores destas medidas geralmente é associada à incapacidade do Estado de proteger seus cidadãos, o que deveria, de acordo com a crença dessas pessoas, ser uma opção terceirizada aos serviços que deveriam ser prestados pelo Estado ao permitir que cada um tenha a sua própria arma para proteção pessoal. "Ocorre que a questão não é tão simples assim, sobretudo no caso das mulheres. Os defensores destas medidas ignoram - por desconhecimento ou má-fé - que autores de violência doméstica em geral são os ditos cidadãos de bem .

Afinal, agressores e autores de feminicídio não vêm com rótulo na testa, e na maioria das vezes são homens comuns, que trabalham de sol a sol, de segunda a sábado, com emprego formal e que ralam para sustentar a família. Não são vistos como marginais ou criminosos , mas como pais de família, trabalhadores e religiosos, como se estes comportamentos sociais os isentassem da prática de agredir suas companheiras. Estudos indicam que o feminicídio é o resultado final e extremo de um contínuo de violências sofridas pelas mulheres.

Um estudo publicado no periódico científico American Journal of Public Health, por exemplo, concluiu que 70% das vítimas tinham sofrido violência física do parceiro íntimo antes do assassinato; e que, entre os fatores de risco, estavam o acesso a armas de fogo por parte do agressor. No Brasil, o reconhecimento de que possuir arma de fogo aumenta o risco da mulher em situação de violência doméstica se deu através da lei 13.880 de 2019, que alterou a Lei Maria da Penha para determinar a apreensão da arma de fogo sob posse de agressor em casos de violência doméstica.

Com a edição da lei, quando uma mulher registra uma ocorrência que se enquadra em violência doméstica, caberá ao delegado verificar se o agressor possui registro de porte e posse de arma de fogo e notificar a ocorrência à instituição responsável pela concessão do registro ou da emissão do porte.

O juiz poderá determinar sua apreensão, mas o delegado não pode fazê-lo, a não ser que esta tenha sido utilizada no crime em questão. Ou seja, ela denuncia e volta para casa com o cidadão armado.

Apenas em 2019, as Polícias Cíveis requisitaram 349.942 medidas de protetivas de urgência para mulheres em situação de violência doméstica. Imagine agora o tamanho do problema se homens violentos decidirem se aproveitar do afrouxamento das regras para a obtenção da posse e do porte de armas

Nesse sentido, muitos pesquisadores avaliam que facilitar a posse de armas de fogo pode antecipar desfechos trágicos, já que os agressores terão instrumentos mais letais para agredir suas companheiras. Muita gente aposta na boa-fé do cidadão do bem, mas é difícil pensar em outro cenário que não seja o de ampliação das mortes em geral diante do cenário de violência urbana que nos acompanha há décadas (sem contar ainda o provável crescimento dos suicídios) de Bolsonaro às vésperas do Carnaval também trouxeram como novidade para os amantes de revólveres e pistolas uma nova modalidade: a prática de tiro recreativo de natureza não esportiva. Desejamos apenas que isso não se transforme em mais um problema, e que as vítimas de violência doméstica não se transformem nos alvos de quem agora tem posse de arma. Fonte: Uol

Site:

<http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=16913>

Rosário: prisão de médico fake pode ser ponta de iceberg de esquema de corrupção

Neto Cruz

Uma das Ilhas de Poder da gestão Calvet Filho é a do enfermeiro Willame Anceles, que não viabilizou seu nome para a prefeitura, foi traído por Jonas e teve que tomar benção para o atual prefeito. Anceles é o júri e executor da saúde de Rosário, colecionando inúmeras diarreias administrativas em menos de 2 meses de gestão. Senão, vejamos.

CONTRATO DE VEÍCULOS

Inicialmente, Willame celebrou um contrato pra lá de generoso para locação de veículos. O caso levantou suspeita e deve ser apurando, em breve, pelo **Ministério Público**.

SEM JEJUM E SEM ORAÇÃO

Logo em seguida, um vídeo onde aparece a filha de Willame tomando todas e quebrando qualquer protocolo de combate ao coronavírus. A off aconteceu em um dos prédios alugados pela prefeitura, enquanto Calvet pedia jejum e oração nas redes sociais .

FILAS E AGLOMERAÇÃO

Em busca de marcação de exames, os rosarienses se deparam com a falta de organização da gestão. Filas toma de conta das ruas do município, promovendo aglomerações. O atendimento, infelizmente, fica em 2º plano.

FALSO MÉDICO

Contratos feito nas coxas colocaram em xeque a permanência de Willame Anceles à frente da saúde rosariense. No sábado, a Polícia Civil prendeu um médico fake na gestão Filho, que vinha medicando e receitando pessoas que o irmão do PSC prometia cuidar. Ledo engano. Recebendo a bagatela de mais de R\$ 50 mil, ficou escrachado que tanto Calvet como Anceles estão perdidos e/ou mal intencionados ao contratarem um 'açougueiro' para enfrentar o vírus. O **MPMA** deve iniciar investigação para apurar suposto esquema de corrupção em Rosário.

É aguardar.

Site: <https://netocruz.blog.br/2021/03/01/rosario-prisao->

***de-medico-fake-pode-ser-ponta-de-iceberg-de-esquema-
de-corrupcao/***

Ex-secretário é investigado por esquema de 'rachadinha' e cobrança de propina em ITZ

O ex-titular da Secretaria de Planejamento Urbano de Imperatriz, Fidélis Uchôa, está na mira da Polícia Civil e do **Ministério Público** pela prática de 'rachadinha'.

O ex-gestor também está sendo investigado por cobrar propina de empresas que dependiam de autorização da SEPLU para executar obras.

Segundo informações da 3ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz (3ª PJEITZ), o esquema foi denunciado pela ex-secretária adjunta da SEPLU, Lenise Ferreira de Siqueira, que ocupou o a chefia da pasta após Fidélis se afastar para concorrer às eleições de 2020 como candidato a vereador.

De acordo com a 3ª PJEITZ, os servidores comissionados que atuavam na Secretaria de Planejamento estavam sendo coagidos a dividir os seus salários com o ex-secretário.

A denúncia relata que Fidélis exigia dos funcionários o pagamento de determinada quantia, "rachadinha", para ajudar na campanha eleitoral, em troca de mantê-los nos cargos comissionados.

Após não se eleger para vereador, o ex-gestor teria passado a cobrar propina de empreendedores que dependiam de alguma autorização da SEPLU.

Foram denunciadas também outras ilegalidades como insubordinação de servidores, ingerência e abuso do ex-secretário nos serviços e junto aos funcionários, assim como a prática de atos administrativos de interesse de Fidélis para beneficiar terceiros.

As investigações estão sendo realizadas pela Polícia Civil e o **Ministério Público**, por meio do **promotor de Justiça** de Imperatriz, Jadilson Cirqueira de Sousa, instaurou um Procedimento Administrativo para acompanhá-las.

Além do ex-titular da SEPLU, outros servidores estão sendo alvos do inquérito policial por possíveis condutas ilícitas e/ou criminais.

Fidélis foi eleito em 2016 para vereador, mas logo assumiu o comando da Secretaria da gestão de Assis Ramos. Enquanto esteve no cargo, ele recebia um salário de quase R\$ 15 mil.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site: [http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/03/ex-secretario-e-investigado-por-esquema-de-rachadinha-e-cobranca-de-propina-em-itz/](http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/03/ex-secretario-e-investigado-por-esquema-de-rachadinha-e-cobranca-de-propina-em-it/)